

A IGREJA DO DIÁLOGO E DO SILÊNCIO

EMERSON NUNUES COELHO

O pensamento de PAULO VI sobre o diálogo vem ao encontro de uma consciência católica dividida. Há, entre nós, os que se recusam ao diálogo; há os que o aceitam sem discriminações; há os que o selecionam para confirmar posições ideológicas. A posição do Papa, fixando os princípios fundamentais do diálogo e definindo o por quê, o como e o com quem dialogar, se situa num nível de nobreza e lealdade capaz de fazer absorver nossas tristes quisílias domésticas. No texto pontifício, o católico haverá de aprender todo o grave sentido desta verdade: diálogo é uma questão de Amor.

A MAIOR parte da encíclica *Ecclesiam Suam*, quase a metade do texto pontifício, é consagrada ao problema do diálogo. Só por êste aspecto, senão por outros, só por esta ênfase dada ao problema, mereceria ser chamada uma encíclica endereçada à consciência católica brasileira.

Com efeito, poucos problemas, hoje no Brasil como ontem em outros países, constituíram o tema fundamental que tanto dividia os católicos e oferecia tantas áreas de contínuos atritos.

Várias tendências caracterizavam a atitude dos católicos brasileiros com relação ao diálogo.

Havia, primeiro, aquêles que *recusavam* o diálogo. Para êles, se o outro não é católico, a única relação possível com êle é a crítica, a polêmica, o ataque, partindo sem-

pre da hipótese, implícita ou formulada, de que, não sendo católico, não é sincero, é mal-intencionado. No ímpeto de seu zelo, muitas vezes, tais católicos chegavam, talvez sem o perceber, a se erigirem em norma de ortodoxia. Em última análise, não-católico, para eles, era todo aquêles que não concordasse com suas opiniões. A polêmica os conduzia cêdo a acusar de infidelidade à Igreja todos aquêles que não pertencessem à sua escola.

Havia os que *aceitavam* o diálogo indiscriminadamente. Eram, em geral, os bons, os puros, dotados de uma confiança absoluta na bondade e na sinceridade humana. Puros, eram incapazes de suspeitar malícia em quem quer que fôsse. Não eram necessariamente ingênuos. Pressentiam, por vezes, algum risco em sua abertura de 180 graus, mas achavam que o risco valia o testemunho de uma total inocência. Tinham confiança na vitória final da verdade.

Havia, enfim, os que *selecionavam* o diálogo, segundo critérios subjetivos. Teòricamente partiam do princípio de que a Igreja devia dialogar com todos. Se ela é portadora da verdade, não precisa temer o diálogo com ninguém, em nenhuma circunstância. Na prática, porém, escolhiam os dialogantes. Só aceitavam aquêles que vinham confirmar suas posições ideológicas. Jamais lhes passou pela cabeça que alguém, discordante de suas teses, pudesse dizer algo que merecesse sua atenção.

Nenhuma destas tendências pode se reclamar da autoridade da *Ecclesiam Suam*. Prevaler-se do texto pontifício, e principalmente de passagens isoladas do contexto, para daclarar-se triunfante, para concluir: "o Papa me deu razão", seria ir contra todo o espírito da encíclica, seria desconhecer tôda a sua nobreza. O Papa fixa os princípios fundamentais do diálogo, define as suas condições: *por quê dialogar; como dialogar; com quem dialogar*; e o faz, não para exacerbar as lutas, mas para resguardar a dignidade da paz; para garantir ao diálogo sua pureza e sua eficácia apostólica. O diálogo do cristão é o prolongamento no tempo de um diálogo divino. Faria prova de lamentável mesquinhez de espírito quem pretendesse enquadrar o pensamento do Papa dentro dos estreitos limites de nossas lutas

domésticas; quem pretendesse interpretar em função de nossas polêmicas um pensamento nobre, leal e humilde como o de PAULO VI, nesta encíclica.

Tôdas as tendências enumeradas têm uma parcela de verdade e de razão. Nenhuma coincide exatamente com a posição do Papa, que elabora, nesta encíclica, verdadeiro tratado do diálogo cristão. As circunstâncias do diálogo poderão mudar e haverão de mudar inevitavelmente, mas o pensamento de PAULO VI desdobra-se num plano tão elevado que lhe assegura o caráter de uma definitiva perenidade. Para o Santo Padre, o diálogo se destina "a todos os homens de boa vontade". (88) As restrições, a seleção não vêm de nós, mas deles. Os critérios não são subjetivos; são objetivos. São excluídos apenas, ou melhor, excluem-se apenas os que não têm boa vontade, e esta não se presume.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIÁLOGO

As regras fundamentais que devem inspirar a atitude do cristão que dialoga são fixadas logo no início da terceira parte da encíclica:

I — *Diálogo não é conformismo*. Seria um erro fatal imaginar que, para dialogar, far-se-ia mister identificar-se em tudo com o mundo com que se dialoga. Para desempenhar a sua missão, a Igreja não pode deixar de ser o que é; não pode deixar de distinguir-se. O seu dever é "estar no mundo, sem ser do mundo". (55)

II — *Distinção não é oposição*. "Distinção não é separação. Nem é indiferença, temor ou desprezo. Quando a Igreja afirma a sua distinção da humanidade, não se opõe, aproxima-se dela. Como o médico, ao ver as ameaças da epidemia, procura preservar-se da infecção, sem deixar de atender aos já contagiados, assim a Igreja não considera privilégio exclusivo a misericórdia, que lhe concede a bondade divina, não faz da própria felicidade razão para desinteressar-se de quem não a conseguiu ainda; bem ao contrário, êsse mesmo tesouro da salvação, que possui, é para ela fonte de interêsse e de amor por todos os que lhe estão perto

e mesmo com todos que pode abranger num esforço comunicativo universal". (59)

III — *O diálogo é uma exigência da vida mesma da Igreja, é uma expressão de sua própria missão divina: "É certo que o tesouro de verdade e de graça, que nos veio em herança da tradição cristã, nós o devemos guardar e até defender. . . Mas nem a guarda nem a defesa são os únicos deveres da Igreja quanto aos dons que possui. Dever seu inerente ao patrimônio recebido de Cristo, é também a difusão, a oferta, o anúncio: "Ide ensinar todos os povos". Foi a última ordem de Cristo aos seus apóstolos. . . A este interior impulso da caridade, que tenda a fazer-se dom exterior, daremos o nome, hoje comum, de diálogo. A Igreja deve entrar em diálogo com o mundo em que vive. A Igreja faz-se palavra, faz-se mensagem, faz-se colóquio". (60)*

POR QUE DIALOGAR?

Dialogar é um modo de exprimir a própria missão da Igreja. O Papa, no decorrer do texto, vai apontar as restrições e fixar as condições do diálogo cristão. Tal precaução não tem por fim levar o leitor a perder de vista o aspecto principal do problema, aquêle ao qual o Papa quer dar a maior ênfase, que é precisamente este: a Igreja existe para o diálogo. Esta é a grande tônica da mensagem de PAULO VI. A Igreja é apenas o prolongamento no tempo daquele diálogo do qual Deus mesmo quis tomar a iniciativa histórica, quando o Verbo, a Palavra, "se fêz carne e habitou entre nós". Seria errar lamentavelmente na compreensão do sentido profundo do texto pontifício, entendê-lo num sentido restricionista. Seria tomar o circunstancial pelo essencial. A grande preocupação do Papa, aquela que transparece através de toda esta terceira parte da encíclica, é exatamente esta: ele não pode compreender como é que um católico, que leva na fragilidade de sua argila um tesouro tão precioso, uma notícia tão radiosa, uma esperança tão esplêndida, não se sinta impelido com maior veemência, com maior zêlo, a contá-la aos homens, a transmiti-la aos outros, no diálogo franco e leal.

Por que dialogar? Foi sempre esta a tradição da Igreja, principalmente, nota o Papa, (63) a partir de LEÃO XIII, que inaugurou, de modo mais explícito, o diálogo com o mundo.

Por que dialogar? Porque foi Deus que tomou a iniciativa do diálogo. A Igreja é distendida interiormente pela própria expansão incoercível do Verbo que se revela, que se comunica. Recusar-se ao diálogo só é possível ao católico que não experimenta em si a plenitude transbordante do Espírito. Selecionar o diálogo, segundo critérios ideológicos, subjetivos, é deixar-se contaminar por motivações espúrias e maliciosas, e não se inspirar na pureza da fonte do diálogo cristão: "Eis a origem transcendente do diálogo. Está no plano de Deus. A revelação, quer dizer, a relação sobrenatural que Deus tomou a iniciativa de renovar com a humanidade, podemos imaginá-la como diálogo, em que o Verbo de Deus se exprime a Si mesmo na Incarnação e depois no Evangelho. . . A história da salvação narra êste diálogo longo e variado. . . Esta inefável e realíssima relação de diálogo, que Deus Pai nos propõe e estabelece conosco por meio de Cristo no Espírito Santo, é preciso que a tenhamos sempre presente para entendermos a relação que nós, queremos dizer, a Igreja, devemos procurar restabelecer com a humanidade. O diálogo da salvação foi aberto espontaneamente por iniciativa divina. . . partiu da caridade, da bondade divina. . . não se proporcionou aos méritos dos interlocutores convidados, nem aos resultados que iria conseguir. . . não obrigou fisicamente ninguém a responder; foi pedido insistente de amor que, se constitui responsabilidade tremenda para aquêles a quem foi dirigido. . . ficou ao alcance de todos; foi destinado a todos sem qualquer discriminação. . . conheceu. . . progressos sucessivos, humildes princípios, antes do resultado pleno". (65)

Por que dialogar? Porque o diálogo é a forma de relação que hoje se impõe entre o sacro e o profano, preferível a outros esquemas de relações teòricamente possíveis, como seriam o isolamento, a agressividade anatematizante, ou o domínio teocrático: "Conceber essa relação (entre a Igreja e o mundo) como diálogo é o que nos sugerem: o hábito

agora muito espalhado de assim representar as relações entre o sacro e o profano; o dinamismo transformador da sociedade moderna; o pluralismo das suas manifestações: e, também, a maturidade do homem, tanto religioso como não religioso, habilitado pela educação profana a pensar, falar e manter com dignidade o diálogo". (73)

Este texto parece-nos ter, na evolução do pensamento oficial da Igreja, uma excepcional importância. Pela primeira vez, numa encíclica, se reconhece ao profano uma consistência própria, não identificada pura e simplesmente com o mundo, entendido em seu sentido ascético, como aquele setor da realidade cósmica sujeito ainda de fato ao *mysterium iniquitatis*. O profano sempre fôra entendido pela Igreja como aquela fímbria da realidade temporal que, sem ser propriamente eclesial, sem penetrar na Igreja, ficando nas adjacências ("pro — fanum" = diante do tempo), permanecia, entretanto, sob sua tutela e a seu serviço. Além deste profano, era o mundo, o domínio diabólico. Hoje, a Igreja oficialmente atribui ao profano a dignidade e responsabilidade de alguém com quem quer Ela dialogar. Este profano, dotado de um dinamismo próprio, no pluralismo de suas manifestações culturais, já tem maturidade bastante para garantir a dignidade do diálogo. Esta nova concepção oficial do profano vai influir decisivamente nas regras que devem presidir ao diálogo cristão.

COMO DIALOGAR?

A primeira exigência do diálogo é não esquecer esta condição de maturidade do interlocutor, descrita acima: "Esta forma de relação, por parte de quem a inicia, indica um propósito de urbanidade, de estima, de simpatia e de bondade. Exclui a condenação apriorística, a polémica ofensiva e habitual, o prurido de falar por falar. Se é certo que não visa a obter sem demora a conversão do interlocutor, porque lhe respeita a dignidade e liberdade, sempre visa ao bem dêle e procura dispô-lo à comunhão mais plena de sentimentos e convicções". (74)

O diálogo, a seguir, nasce de um fundamental desejo de fazer bem ao outro. Por outras palavras, nasce de uma

exigência profunda de solidariedade, que é definitivamente consagrada nesta encíclica: "O diálogo supõe em nós, que pretendemos iniciá-lo e continuá-lo com todos os que nos circundam, um estado de alma característico: o de quem experimenta a responsabilidade do mandato apostólico, vê que já não pode separar a própria salvação do trabalho pela salvação alheia, de quem se esforça por introduzir continuamente, no viver humano, a mensagem de que é depositário". (75) Solidariedade cristã significa a condição concreta do cristão, que se realiza como tal, na medida em que se engaja no esforço de salvação do outro. Todo o comportamento do cristão que dialoga deve ser dominado pela consciência desta sua condição solidária.

Partindo destas bases, é fácil delinear as características que deve assumir o diálogo: "*Clareza*. O diálogo supõe e exige compreensibilidade; é transfusão de pensamento, é estímulo do exercício das faculdades superiores do homem... *Mansidão*. A autoridade vem-lhe da verdade que expõe, da caridade que difunde, do exemplo que propõe; não é comando, não é imposição... *Confiança*, tanto na eficácia da palavra-convite, como na receptividade do interlocutor... *Prudência*, que atende muito às condições psicológicas e morais de quem ouve". (76)

Enfim, a última e grande exigência do como dialogar: a adaptabilidade. Repare-se na delicadeza, diríamos mesmo, na humildade, com que o Papa encaminha o problema: "Descobre-se no diálogo como são diversas as vias que levam à luz da fé, mas como apesar disso é possível fazê-las convergir para o mesmo fim. Ainda que sejam divergentes, podem tornar-se complementares, levando o nosso raciocínio para fora das sendas comuns e obrigando-o a aprofundar as investigações e renovar os modos de expressão. A dialética dêste exercício de pensamento e paciência far-nos-á descobrir elementos de verdade mesmo nas opiniões alheias, obrigar-nos-á a exprimir com grande lealdade a nossa doutrina..." (78)

Repare-se na clareza com que o problema é formulado: "Até que ponto deve a Igreja adaptar-se às circunstâncias históricas e locais em que desempenha a sua missão?

Como deve premunir-se contra o perigo dum relativismo que ofende a sua fidelidade dogmática e moral? Mas, ao mesmo tempo, como lhe será possível abeirar-se de todos para a todos salvar?" (81)

Repare-se na coragem com que o problema é resolvido: "Não é de fora que salvamos mundo. Assim como o Verbo de Deus se fêz homem, assim é necessário que nós nos identifiquemos, até certo ponto, com as formas de vida daquelas a quem desejamos levar a mensagem de Cristo. É preciso tomarmos, sem distância de privilégios ou diafragmas de linguagem incompreensível, os hábitos comuns, contanto que estes sejam humanos e honestos, sobretudo os hábitos dos mais pequenos, se queremos ser ouvidos e compreendidos. É necessário, ainda, antes de falar, auscultar a voz e mesmo o coração do homem, compreendê-lo e respeitá-lo. E quando merece, devemos fazer-lhe a vontade. Temos de nos mostrar irmãos dos homens, se queremos ser pastôres, pais e mestres". (81)

Repare-se enfim na gravidade da advertência sôbre os riscos que comporta tal solução: "O desejo de nos aproximarmos dos nossos irmãos não deve traduzir-se numa atenuação ou diminuição da verdade. O nosso diálogo não pode ser fraqueza nos compromissos com a nossa fé. O apóstolo não pode transigir com meias atitudes, ambíguas, quanto aos princípios teóricos e práticos característicos da nossa profissão cristã. O irenismo e o sincretismo são, no fim de contas, formas de ceticismo a respeito da força e do conteúdo da Palavra de Deus, que desejamos pregar. Só quem é de todo fiel à doutrina de Cristo pode ser apóstolo eficaz. E só quem vive em plenitude a vocação cristã pode imunizar-se do contágio dos erros com que entra em contato". (82)

Analisemos bem os riscos de irenismo e sincretismo, como formas de ceticismo, porque fàcilmente serão entendidos em referência indierita a pessoas e movimentos no Brasil.

O sincretismo religioso é dogmàticamente absurdo. Jamais poderá constituir o credo religioso de um católico. Justapondo princípios religiosos contraditórios, o sincretismo é uma forma degenerescente que só é possível num nível de

extrema ignorância religiosa, num clima mórbido de sentimentalismo supersticioso. Quando, além disto, utilizado por um personagem hábil em sintonizar certos canais da sensibilidade popular, dá origem a movimentos como a Legião da Boa Vontade.

O problema do irenismo é mais sutil. Irenismo (da palavra grega "eirene" = paz) compreenderia todos os movimentos e atitudes empenhados em realizar a paz. Podemos, entretanto, distinguir um irenismo pragmático e outro doutrinal. O primeiro, que é uma espécie de pacifismo, isola o problema da paz de eventuais questões doutrinárias em que estiver implicado e procura mobilizar os meios práticos para realizar a paz. Neste sentido, o evangelho é irênico quando proclama "bem-aventurados os pacíficos porque eles possuirão a terra". O Papa PAULO VI é irênico quando se refere, no contexto em que trata daqueles com os quais não é possível o diálogo, ao seu voto "de que o nosso propósito de cultivar e aperfeiçoar o nosso diálogo . . . venha a contribuir para a causa da paz entre os homens. . . . A abertura dum diálogo, . . . desinteressado, objetivo e leal, pesa já por si em favor duma paz livre e honesta; exclui fingimentos, rivalidades, enganos e traições; não pode deixar de proclamar, como delito e como ruína, a guerra de agressão, de conquista e de domínio . . . Assim se difundirão, em todas as instituições e em todos os espíritos, o sentido, o gosto e o dever da paz". (101) O irenismo pragmático visa à paz entre os homens, apesar de suas divergências doutrinárias ou ideológicas. O irenismo doutrinal erige a paz em valor absoluto, sacrificando a êle, subestimando ou silenciando as diferenças doutrinárias. Acaba de fato *visando a uma conciliação entre as próprias doutrinas*, reduzindo-se assim a um verdadeiro sincretismo. É este o irenismo que o Papa repudia como uma forma camuflada de ceticismo.

COM QUEM DIALOGAR?

Esta passagem da encíclica começa por reafirmar a destinação universal do diálogo cristão, decorrente do próprio imperativo da catolicidade: "Falando em geral desta posi-

ção de diálogo que a Igreja católica deve hoje tomar com renovado fervor, queremos simplesmente indicar, de fugida, que ela deve estar pronta a manter contato com todos os homens de boa vontade. . .” (88)

O Sumo Pontífice passa, em seguida, a descrever os grandes círculos concêntricos, aos quais se estende o diálogo cristão. A propósito de cada círculo, percebe-se a sua preocupação de aplicar os princípios fundamentais definidos no início desta parte da encíclica.

O primeiro e mais amplo círculo é o que se confunde com os horizontes da humanidade. É o círculo daquele profano, neutro, no qual, entretanto, a Igreja pode contar com uma receptividade natural, “uma vez que existe no homem uma alma naturalmente cristã”. (92) Com êste grande círculo, o diálogo se traduzirá por um esforço sempre renovado de contato cordial e de colaboração desinteressada.

Dentro dêste primeiro círculo, porém, há outro, o círculo dos ateus e mais precisamente dos ateus militantes. É aqui que se situa o problema mais agudo. De início, o Papa relembra os erros fundamentais sôbre que se baseia o ateísmo. Isto o conduz a renovar da maneira mais inequívoca a condenação do comunismo ateu e concluir pela sua oposição radical com o cristianismo. Insiste, porém, em notar que a impossibilidade do diálogo vem dêles, não de nós. O problema, contudo, se coloca ao nível das pessoas, não das doutrinas. Ninguém dialoga com o comunismo, mas com comunistas. Qual a atitude do Papa, sôbre êste ponto? Não afasta as pessoas, porém adverte que o diálogo com elas é extremamente difícil: “Em tais condições, a hipótese dum diálogo, torna-se bastante difícil, para não dizer impossível; ainda que, mesmo hoje, não tenhamos nenhum propósito de afastar de nós as pessoas que seguem os sobreditos sistemas e apóiam êsses regimes. Para quem ama a verdade, a discussão é sempre possível. Obstáculos, porém, de índole moral dificultam-na muitíssimo, por falta de liberdade suficiente de juízo e de ação, e por abuso dialético da palavra, que deixa de ser expressão da verdade objetiva para se pôr ao serviço de fins utilitários preestabelecidos”. (96)

Termina aqui a missão da Igreja, com relação a êsse círculo? Não. Começa a missão do silêncio, do testemunho do amor silencioso: "Silêncio . . . paciência, amor apesar de tudo, tornam-se neste caso o testemunho único que a Igreja pode dar, que nem a morte pode extinguir". (97) Em seu silêncio, o cristão procurará descobrir as causas dêste misterioso ateísmo militante, "o fenômeno mais grave do nosso tempo", (94) onde às vêzes encontrará um sonho de justiça social que chega a absolutizar fins meramente sociais e um desprezo do egoísmo e da mediocridade que talvez não esteja tão longe de encontrar a fonte oculta de sua própria nobreza. Começa, enfim, a hora da esperança que se ancora na observação de JOÃO XXIII, segundo a qual "as doutrinas de tais movimentos, uma vez elaboradas e definidas, se mantêm sempre as mesmas, mas os movimentos não podem deixar de evoluir nem de subtrair-se a mudanças mesmo profundas". (100) E, por esta razão, pode o Papa concluir: "Não perdemos a esperança de que êles venham, um dia, a entabular com a Igreja um colóquio positivo, diferente do que êle poderia ser atualmente para nós. Agora só daria lugar a lástimas e gemidos irreprimíveis". (100)

Abre-se depois o círculo, que já coincide em grandes áreas com o círculo católico: o círculo do monoteísmo não-cristão, incluindo israelitas, muçulmanos e os adeptos das grandes religiões afro-asiáticas. O diálogo aqui se traduz em termos de um respeito afetoso, de admiração e de desejo de colaboração nos ideais comuns. O diálogo, porém, não desincumbe o católico do nobre dever de ser o testemunho vivo do Deus da revelação cristã: "Não podemos, é claro, compartilhar essas várias expressões religiosas, nem podemos diante delas ficar indiferentes, como se tôdas, equivalendo-se mais ou menos, dispensassem os seus fiéis de investigar se Deus revelou a forma, infalível, perfeita e definitiva, como quer ser conhecido, amado e servido. E, por dever de lealdade, devemos manifestar que estamos certíssimos de que uma só é a religião verdadeira, a cristã. Alimentamos a esperança de que a venham a reconhecer como tal, todos os que procuram e adoram a Deus". (102)

O círculo mais estreito e mais próximo de nós compreende todos os cristãos não-católicos. Dentro dêste círculo também o Espírito de Deus desperta hoje o grande anseio ecumênico, a grande nostalgia da unidade cristã. É certamente a passagem da encíclica mais comovente e mais repassada de humildade. O Papa se esforça em lembrar que muito mais é o que nos une do que o que nos separa. Reafirma sua disposição de preterir tôdas as diferenças acidentais, quanto a usos, espiritualidade, leis canônicas e culto (104) que eventualmente dificultam a aproximação. Enfim, é com aflição e tristeza que procura inculcar aos irmãos separados que a intransigência doutrinal, especialmente no que concerne à unidade da tradição no primado de PEDRO, lhe é imposta unicamente pela fidelidade àquele Cristo que a todos nos une.

O Santo Padre não se esquece, para finalizar, de referir-se ao diálogo interno, dentro da própria Igreja, especialmente entre a hierarquia e os fiéis, que Êle deseja intenso e familiar, apto "a transformar os católicos em homens verdadeiramente bons, prudentes, livres, serenos e fortes". (108) Entretanto, também aqui há uma advertência a fazer, há uma distinção a guardar. Distinção de responsabilidades, advertência de obediência. O grande risco que ameaçou a consciência católica brasileira foi o de uma crise de obediência. Por esta razão, nada mais oportuno do que compreender e aplicar o sentido de obediência que o Papa inculca: "Por obediência, expressa em forma de diálogo, entendemos o exercício da autoridade, bem penetrado da convicção de tratar-se dum serviço e ministério da verdade e da caridade; e entendemos também a observância das normas canônicas e a reverência ao govêrno do superior legítimo, ambas com prontidão e serenidade, como convém a filhos livres e afetuosos. O espírito de independência, de crítica e rebelião concorda mal com o amor que anima a solidariedade, a concórdia e a paz na Igreja. Êsse espírito transforma facilmente o diálogo em discussão, rixa ou desavença, coisa desagradabilíssima, com que infelizmente sempre se deve contar. Por isso nos acautelava o Apóstolo S. PAULO: "Não haja entre vós divisões". (110)

Que estes comentários encaminhem os leitores à meditação filial do texto do Santo Padre. Nêle aprenderão que o diálogo, para o católico, é um compromisso com a Verdade revelada em Cristo. Nêle aprenderão que a Igreja do diálogo é também a Igreja do silêncio e da esperança. Nêle aprenderão que diálogo, em última análise, é uma questão de Amor, e quem muito deseja dialogar deve primeiro aprender a muito amar.

M. S. Lino Cia. Ltda.

FUNDIÇÃO

MECÂNICA PESADA

CALDEIRARIA

RUA SACADURA CABRAL, 152/156